



O CRAS como espaço de luta: diálogos com Carolina Maria de Jesus

CRAS as a space for struggle: dialogue with Carolina Maria de Jesus

Cras como espacio de lucha: diálogos con Carolina María de Jesús

Susana Angelin Furlan¹

Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo²

RESUMO

Este artigo versa sobre como surgiu o CRAS - Centro de Referência à Assistência Social e dialoga com a autora Carolina Maria de Jesus, que, em seu livro “Quarto de despejo”, relata as mazelas que sofreu num tempo-espaço social. Tem por objetivo mostrar o papel do CRAS e de suas atividades como um importante espaço de luta e conquista

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social. Cras. Literatura.

ABSTRACT

This article deals with how cras emerged - Reference Center for Social Assistance and dialogues with the author Carolina Maria de Jesus, who, in her book "Room of eviction", reports the ills she suffered in a time-social space. It aims to show the role of CRAS and its activities as an important space for struggle and conquest

KEYWORDS: Social Assistance. Cras. Literature.

RESUMEN

Este artículo trata de cómo surgió el Centro de Referencia de Asistencia Social y dialoga con la autora Carolina María de Jesús, quien, en su libro "Habitación de desahucio", relata los males que sufrió en un espacio temporal-social. Su objetivo es mostrar el papel de CRAS y sus actividades como un espacio importante para la lucha y la conquista.

PALABRAS CLAVE: Asistencia Social. Cras. Literatura.

* * *

¹ Mestre em Educação pela Univ. Estadual Paulista – UNESP Rio Claro, S. P. Doutoranda em Educação pela UNESP, Rio Claro, S. P. E-mail: susanaangelin20@gmail.com.

² Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e pós-doutorado na Universidade de Barcelona, Espanha (2008). É livre-docente em Didática pela Universidade Estadual Paulista. Atualmente é professora adjunta na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, junto ao Departamento de Educação, onde trabalha como professora na área de Didática. E-mail: mrosanc2@gmail.com.br.

Introdução

Este artigo integra uma pesquisa de doutoramento que tem como objetivo entender as relações intergeracionais (entre as diferentes gerações) que acontecem no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em uma cidade do interior paulista. A ênfase se dará em contar a história do CRAS e o que ele representa na macroestrutura da assistência social no Brasil.

Para fins de entender as relações sociais que aconteciam e as experiências imbricadas no fazer pesquisa, recorreremos ao método cartográfico, que tem um estatuto próprio, caracterizada por se propor a entender processos; entender os acontecimentos em seu inacabamento, no constante movimento de sua ocorrência e após e antes, nas idas e vindas em águas da superfície considerando a dinâmica das ondulações perenes que remexem também profundezas. O problema de pesquisa, nessa vertente, não é um tesouro a ser descoberto, mas um objeto de criação que permite deslocamentos, desassossego, agita e transforma. E, como criação, os olhos do cartógrafo não são fixos, mas vão se abrindo para os devires, e as diversas formas de vida, e de escrita, como nesse artigo que reconhece a importância do CRAS e de um texto da literatura que ativa e instiga a discussões.

O CRAS foi escolhido por ser um lugar importante na cadeia de relacionamento da assistência social no Brasil, um espaço onde afetos se encontram, pessoas que integram grupos marginalizados têm a oportunidade de se qualificar, de voltar a estudar, de ter uma outra qualidade de vida com a oferta de atividades de ginástica, fortalecer vínculos maternos, vínculos com a comunidade nas diferentes trocas que ocorrem nos grupos, por exemplo, socioeducativos, que contam com o apoio de assistentes sociais e psicólogos, um grupo de profissionais que trazem sempre discussões pertinentes em busca da emancipação do ser.

Esse espaço tem o papel estratégico de ser instalado em um lugar onde se percebe algum tipo de vulnerabilidade, atuando no fortalecimento dos vínculos de proteção da família e aumentando também o alcance das políticas públicas e programas sociais viabilizando a rede de proteção e promoção

social. O CRAS é hoje mais do que um espaço, é um mecanismo de partilha do sensível.

O conceito de cartografia foi desenvolvido por Deleuze e Guattari que visa, segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2015), acompanhar um processo e a sua produção. Desta maneira, a cartografia propõe uma reversão metodológica que consiste em uma aposta na experimentação do pensamento, um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude, realizando a reversão do sentido tradicional de método, ou seja, não caminhar para alcançar metas determinadas previamente, mas o princípio do caminhar que vai mostrando, no percurso, os objetivos a serem compreendidos.

Nesse método, toda pesquisa e todo conhecer é fazer, criar uma realidade de si e do mundo, que tem consequências políticas, e o processo de investigação ganha complexidade que nos força até os limites do processo metodológico, criando, assim, processos inventivos. “Quando a experiência de campo inspira a teoria, é possível conseguir uma inteligibilidade dos fenômenos que pouco tem de interpretação, é antes mais uma forma de experimentação, agora com o pensamento e a escritura”. (CAIAFA, 2007, p. 140).

Segundo Alvarez e Passos (2009), esse método não é somente representar o objeto ou processar informações, mas implicar-se com o mundo e se comprometer com a sua produção. Não pode assim ser somente um sobrevoo no local, mas um mergulho em sua história e sua atualidade. Pressupõe, ainda, uma política de narratividade sobre o sujeito narrador e o sujeito participante, sem saber de antemão o que buscar, mas habitando, deve estar aberto a uma receptividade afetiva.

O homem, e assim a mulher, é feito daquilo que lê, das realidades que acredita e que suas experiências permitem a ele ter acesso. Assim sendo, a inspiração aflorada na aproximação com a obra literária “Quarto de despejo”, com outras formas de linguagens como a poesia, o cinema, intermediou nossas experimentações, a partir dos afetos mobilizados, e comparecem na tese final.

Tais reflexões remetem ao entendimento de ser, a arte, uma forma de desapropriação de nós e apropriação do mundo que nos rodeia.

Compreendemos, a partir de Silva e Ferreira (2020) que o exercício de experimentação com a arte se tornam uma arma de resistência, pois, ao inspirar o uso não utilitário da linguagem, convida o leitor, e a leitora, a uma interação diferente com o mundo e com texto. Podemos e tentamos, em nossos textos, produzir elos com manifestações socioculturais que, pelo seu valor estético, são próximas e atuais aos fatos que serão narrados, apresentando novas formas de pensar e sentir o texto.

Na aproximação com a literatura aportamo-nos em Candido (2004, p. 177), em “O direito à leitura”, ao considerar que a literatura é um fator indispensável de humanização, tornando-nos mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante, por isso a destaca como um importante instrumento de instrução e educação e transmite os valores que a sociedade preconiza . “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”.

Sendo uma necessidade universal, ela dá forma aos sentimentos, à nossa visão do mundo, ajuda-nos a organizar o pensamento, liberta-nos do caos e, portanto, humaniza (CÂNDIDO, 2004). Segundo o mesmo autor, ela pode ser também um instrumento de desmascaramento, por colocar luz em situações de restrição de direitos, miséria, servidão, ou seja, pode, em outro nível, ajudar na luta pelos direitos humanos.

Podemos inferir, com Cândido (2004), que a literatura pode ser um espaço de reconhecimento humano e de ressignificação do mundo. Sendo assim, as obras literárias não são objetos fechados e completos, mas abertas, inacabadas e, assim, são estrutura de comunicação que permitem ao leitor traçar suas próprias linhas de interpretação e compreensão (SILVA E FERREIRA, 2020).³ Desta forma, uma obra acontece a partir das expectativas

³ Neste artigo trazemos os escritos de Carolina Maria de Jesus como inspiradores, reconhecendo a potência não só enquanto um texto literário, escrito na forma de diário, mas como uma escrita que poetiza a vida.

do leitor durante a leitura e isso ficou claro, por exemplo, ao nos encontrarmos com o livro que trataremos nesse artigo, trata-se de “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus, em que o leitor é arrancado da zona de conforto e trazido para uma literatura com detalhes assustadores que exigem a participação do leitor para compor os planos narrativos.

(...) Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a Historia do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para a minha mãe: -Porque a senhora não faz eu virar homem?

Ela diz:

- Se você passar por debaixo do arco-iris você vira homem.

Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando. Igual os políticos distantes do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para a mamãe:

- o arco-iris foge de mim.

...nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (JESUS, 2001, p.48)

Só em um pequeno trecho do dia 7 de junho do diário de Carolina já percebemos como é ser um marginal para seus olhos, no seu lugar de fala, e como a história só tem espaço para os homens. Carolina destaca, por muitas vezes, o lugar que quer ocupar, o de ser uma escritora, e se dedica para isso, muitos momentos, em seu texto, relatando as pessoas desdenhando, por ser mulher e por ser favelada. Como, então, chegou a escrever um livro que em 1960 foi publicado e traduzido em 13 línguas?⁴

(...) O seu João veio buscar as folhas de batatas. Eu disse-lhe:

- Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno.

4 Folha de Pernambuco, 2020 (disponível em <https://www.folhape.com.br/cultura/quarto-de-despejo-completa-60-anos-como-uma-das-obras-mais/151915/>)

... Sentei ao sol para escrever a filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia:

-Está escrevendo, negra fídida!

A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam.
(JESUS, 2001, p. 24)

Carolina Maria de Jesus nasceu em 14 de março de 1914, aprendeu a ler e escrever em uma escola em Minas Gerais, mas teve que ter sua vida escolar interrompida quando foi morar em uma fazenda. Tempos depois foi buscar uma vida melhor com sua mãe em São Paulo e, posteriormente, com 3 filhos, encontrava-se morando no Canindé, em uma das maiores favelas de São Paulo, não deixando nunca de fazer aquilo que mais gostava, que era escrever páginas e páginas sobre sua vida. Mas não só...

Tudo muda quando em 1958, Audálio Dantas, um jornalista “verde”, como ele mesmo descreve no prefácio do livro, foi fazer uma reportagem na favela do Canindé sobre um parquinho da prefeitura e conhece Carolina que repreendia alguns homens que estavam usando os brinquedos ameaçando colocá-los em seu livro. Audálio interessa-se por suas histórias e vai conhecer seus cadernos. Começa publicando trechos na Folha da Noite e, depois de dois anos, edita e publica o “Quarto de Despejo”, em 1960.⁵

Nessas suas passagens, fica clara sua motivação para escrever e a humilhação muitas vezes sofrida pela escritora, que, mesmo passando por todos os desafios da escrita, não se deixa abater e segue escrevendo, escrevendo:

6 DE MAIO... as 9 e meia o repórter surgiu. Bradei:

- O senhor disse que estaria aqui as 9 e meia e não atrasou-se!

Disse-lhe que varias pessoas queriam vê-lo, porque apreciam as suas reportagens (...) Entramos num taxi. A Vera estava contente porque estava de carro. Descemos no Lago do Arouche e o repórter começou a fotografar-me.

⁵ Neste artigo nos referimos apenas ao texto do livro como ele foi publicado, levando em consideração apenas a sensibilização (inspiração) dos escritos em “Quarto de despejo”. Não abordamos, neste momento, a preocupação com cotejamentos com os escritos originais da autora.

Levou-me no prédio da Academia Paulista de Letras. Eu sentei na porta e puis o saco de papel a esquerda. O porteiro apareceu e disse para eu sair da porta. (...) o porteiro pegou o meu saco de catar papel, o saco que para mim tem um valor inestimável, porque é por seu intermédio que eu ganho o pão de cada dia. O repórter surgiu e disse que foi ele quem me mandou eu sentar no degrau. O porteiro disse que não tinha permissão para deixar que quem quer que fosse sentar-se na porta do prédio.

... fomos na rua 7 de abril e o repórter comprou uma boneca para Vera (...) Eu disse aos balconistas que escrevi um diário que vai ser divulgado no O Cruzeiro. (JESUS, 2001, p. 145).

10 DE JUNHO Hoje eu não vou sair porque o barraco esta muito sujo. Eu vou limpa-lo. Varri o assoalho e as teias de aranha. Pentiei os meus cabelos. Os filhos foram na escola. Quando os filhos chegaram, almoçaram. O João foi levar almoço para a vera. Eu disse para ele olhar se a reportagem havia saído no Cruzeiro. Eu estava com medo da reportagem não ter saído e as pessoas que eu avisei para comprar o Cruzeiro dizer que sou pernóstica.

O João quando retornou-se disse que a reportagem havia saído. Vasculhei os bolsos procurando dinheiro. Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luis emprestou-me. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que será que eles escreveram a meu respeito? Quando o João voltou com a revista, li- **RETRATO DA FAVELA NO DIÁRIO DA CAROLINA**

Li o artigo e sorri. [...]

O João disse-me que o Orlando Lopes o atual encarregado da luz, havia me chingado. Disse que eu fiquei devendo 4 meses. Fui falar com o Orlando. Ele disse-me que eu puis na revista que ele não trabalha.

- Que história é esta que eu fiquei devendo 4 meses de luz e agua?

-Ficou sim, sua nojenta! Sua vagabunda!

-Eu escrevo porque preciso mostrar aos politicos as péssimas qualidades de vocês. E eu vou contar ao repórter.

-Eu não tenho medo daquele puto, daquele fresco!

Que nojo que eu senti do tal Orlando Lopes. (...) Vim para o meu barraco. Fiz uns bifés e os filhos comeram. Eu janteo. Depois cantei a valsa Rio Grande do Sul. (JESUS, 2001, p 151).

A literatura manifesta em seu livro confronta as situações de desigualdade social, expondo a violência de forma direta confrontando-a. Como relata Silva (2019, p. 33), essa escrita não só explicita a violência social vivida pela personagem mas também quando não utiliza a norma padrão da escrita, usa de neologismos, tem erros gramaticais, ressaltam a intenção da autora e centralizam os problemas que afetam diretamente a realidade social com uma representação abertamente conflitiva não mais conciliadora, representando uma parcela da população que, até então, era silenciada, “que choca o mundo letrado com sua força crítica e seu talento de escrita apesar de todas as adversidades”.

Carolina, preta, pobre, mãe solteira, com 3 filhos, e favelada apresenta, em seu livro, momentos em que fala sobre a assistência social, sobre as dificuldades de viver na favela descrita por ela como um quarto de despejo, discute ideais, valores e experiências partilhadas naquele contexto, alia poesia e subjetividade para lidar com a sua dura realidade e escreve sua narrativa registrando aspectos da história brasileira por mais difícil que seja a escrita feminina. Cabe-nos apontar que, em uma certa condição feminina, traz inúmeros condicionantes como: trabalho doméstico, cuidado com os filhos e sustento da casa, além do preconceito em ser escritora, para que consiga de fato ser exercida, e “romper as correntes simbólicas que a prendem e a violentam naquilo que ela tem de mais precioso, o seu trabalho de escrita”. (Silva, 2019, p. 49)

Carolina Maria de Jesus trouxe para a reflexão, além do que foi já apontado e do que fica de fora no contexto deste trabalho, as dificuldades tão atuais e tão recorrentes para a escrita feminina, através da dominação exercida pelos papéis de gênero que condicionam a mulher ao espaço doméstico e ao cuidado da casa e dos filhos, sem tempo para escrever, “cansada e confusa”.

Esse texto de Carolina Maria de Jesus foi um divisor de águas para entender a realidade da favela e de grande parte dos brasileiros que vivem as mazelas impostas pela sociedade. Carolina escreve de um jeito que, mesmo que não saibamos o que é passar fome (e, sim, vontade de algo específico),

permite que fiquemos imersos nesse sentimento, e somos incapazes de não nos emocionarmos, de não nos afetarmos ao lê-la.

Posto isso, Carolina pode, de inúmeras formas, contribuir para um panorama da historicidade da assistência social no Brasil e como pode o CRAS ser pensado e ativado como um espaço de luta, com grupos em que preconceitos e conceitos diversos são discutidos, adultos são alfabetizados, laços são fortalecidos, formas diversas de produzir e produzir-se como ser humano são experimentados e lazer é proporcionado.

1-Histórico da assistência social no Brasil

Sempre existiu na história alguma forma de assistência aos mais pobres e vulneráveis, porém esse auxílio, em sua maioria, sempre com um caráter moral e ideológico conservador de um status quo. No Brasil, especificamente, as políticas assistenciais tiveram um cunho paternalista, com o florescer do coronelismo - na primeira república (1889-1930), em que uma elite oligárquica e rural controlava os meios políticos e econômicos e se encarregava de “ajudar” os necessitados -, o que durou até a república velha. Essa “ajuda” legitimou os apadrinhamentos, os nepotismos e o voto de cabresto, desorganizando os serviços públicos, e carregamos seus resquícios até os dias de hoje (SOUZA E GOLÇALVES, 2017).

Como aponta Rengel (2009), as primeiras iniciativas entendidas como proteção social foram através dos funcionários de imprensa nacional e dos ferroviários que conseguiram, em 1889, o direito à pensão e a 15 dias de férias, algo impensado como direitos. Em 1923, temos a aprovação da Lei Eloy Chaves, que preparava a criação de Caixas de aposentadoria.

É necessário entender as lutas e as conquistas sociais do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930- 1945). O levante político-militar conhecido como “Revolução de 30”, que marcou a ascensão de Vargas, marca também o declínio dos barões de café e o nascimento de uma fase industrial, marcando um projeto nacionalista de Brasil. Para sustentar esse projeto de nação e essa nova fase, era preciso se relacionar com os trabalhadores de outra maneira, para que eles lhe dessem a força, suporte para alicerçar, cada vez mais, as

forças que de fato ele representava que eram as agrárias tradicionais e as industriais emergentes. Para representar uns, ele precisava do apoio de outros, mas, para a grande massa, nasce aqui Getúlio conhecido como “pai dos pobres”. (ANTUNES, 2006)

A competência de Getúlio foi o de conseguir entender e capturar algumas das principais reivindicações dos trabalhadores urbanos, e devolvê-las como uma “dívida do estado” culminando na Consolidação das Leis trabalhistas, em 1943. Porém, para isso, ele teve de agir de modo ditatorial com relação aos vinculados ao Partido comunista, e anarco-sindicalistas alvo de forte repressão, período de cárcere e tortura que mancha também esse período. (ANTUNES, 2006, p. 85)

Desta forma, é preciso enfatizar que o movimento operário já lutava por melhores condições e direitos, desde as primeiras décadas de 1900, como, por exemplo, a Greve Geral de 1917, a luta foi realizada durante muitos anos, por férias, por redução da jornada de trabalho, por remuneração no descanso semanal. Quando, no governo Vargas há a consolidação da CLT, vê-se como uma dívida, porém essas mudanças eram de fato imprescindíveis para o avanço da industrialização do país. Assim, também era necessário a criação de um salário mínimo para ter um mercado interno sólido, para dosar a acumulação industrial no nosso território.

Algo parecido ocorre, como aponta Antunes (2006), com a Lei de Sindicalização, que foi criada para que impedisse no sindicato a participação de estrangeiros, proibindo também atividades de cunhos político e ideológico, porém foi vista como uma oportunidade de todos terem sindicatos e se sentirem representados, assim como lhe foi feito um órgão assistencialista, dispondo de serviços de advogados, médicos e lazer.

Carolina Maria de Jesus, em sua obra Quarto de despejo (2001) já em época de Juscelino Kubitschek (1956-1961), fala sobre a fome e a fé na política:

(...) Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouco, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:

-Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:

- é que eu tinha fé no Kubstchek

- a senhora tinha fé e agora não tem mais?

- não meu filho. A democracia esta perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia.

... os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido (Jesus, p. 35, 2001)

Em 1938, temos a criação do Conselho Nacional de Serviço Social que organiza o sistema de intervenção e formaliza seu papel como responsável pela subvenção das organizações. No início de 1940, temos a criação do Serviço de Assistência ao menor que constitui a intervenção organizada do Estado na assistência social (RENGEL, 2009).

Em 1942, surgiu a LBA - Legião Brasileira de Assistência, um órgão público que tinha como finalidade atender às famílias de brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Com o término da guerra, essa instituição tornou-se um órgão de assistência para as famílias necessitadas (SOUZA E GONÇALVEZ, 2017).

As reformas de base de João Goulart (1961-1964) trouxeram consideráveis alterações nas leis fiscais, universitárias, administrativas, bancárias e, principalmente, agrárias, que afetaram diretamente os setores conservadores da sociedade da época, em destaque para a lei orgânica da Previdência Social, que tratava da aposentadoria dos trabalhadores, o Fundo de Assistência ao trabalhador rural e o decreto que instituía a “lei do salário família do trabalhador” (SOUZA E GONÇALVEZ, 2017).

Em 1964, porém, essas propostas foram interrompidas pelo golpe militar e o Brasil passou a ser governado por AIs (Atos institucionais). Todas as medidas e projetos de assistência social, nesse período, não tiveram alcance pois prevalecia as ações paternalistas.

Imaginemos como seria sem os projetos voltados para a assistência social, sendo que Carolina, mesmo com eles, revolta-se com uma situação descrita.

(...) Deu-me uns pedaços. Para não maguá-lo aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães duros ruídos pelos ratos. Ele disse-me que não. Que há dois dias não comia. Ascendeu o fogo e assou a carne. A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, sai pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto não pode ser real num paiz fértil igual o meu. Revoltei contra o Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais. Vendi os ferros no zinho e voltei para o quintal de São Paulo, a favela.

No outro dia encontraram o pretinho morto (...) (JESUS, p. 36, 2001)

A década de 1980 sinalizava uma reorganização dos movimentos sociais pós-ditadura, marcada pela supressão dos direitos, as discussões na sociedade civil e no interior de alguns aparelhos do estado, denunciavam a situação de pobreza que uma parte significativa dos brasileiros passava e pressionavam por uma reforma de estado com base na defesa dos direitos humanos e sociais (OLIVEIRA, DANTAS, SOLON & AMORIM, 2011).

Desta maneira, a Assistência social só se efetiva em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, passando a ser considerada uma política pública que tem como objetivo erradicar a miséria e minimizar as desigualdades em todo o país. A constituição foi, assim, um marco na garantia dos direitos sociais como nunca se tinha visto, um salto qualitativo tendo o Estado como responsável pela proteção social dos cidadãos.

A assistência social desta maneira integra o Tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde Pública e Previdência social, rompendo com a denominada “política de favor” assistencialista, para ser uma política de direito e de responsabilidade do Estado (BRASIL, 2004).

No século XX como um todo, a assistência social passou por muitas transformações, porém sempre mantendo a ideia “apolítica” de caridade. As primeiras-damas eram quem comandavam as ações da LBA (Legião brasileira de assistência), porém elas passaram por uma grande crise em 1991, quando

a então primeira-dama Rosane Collor foi denunciada por um esquema de desvio de verbas e compras-fraude de 1,6 milhões de quilos de leite em pó, nesse mesmo ano, a instituição foi fechada (SOUZA e GONÇALVES, 2017).

É possível perceber a indignação quando a política falha, visto que, principalmente naquele momento, deveria ajudar. Ainda se vê resquícios das políticas sociais de antes de 1930, que acabavam por ficar a função da Igreja em assistir aos necessitados. Aos dizeres de Carolina os políticos só precisavam do pobre para se eleger:

Os vizinhos das casas de tijolos diz:

-Os políticos protegem os favelados.

Quem nos protege é o povo e os Vicentinos. Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava o nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais.

... eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visitas. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a Favela é o quintal onde jogam o lixo. (JESUS, p. 28, 2001)

Político quando candidato

Promete que dá aumento

E o povo vê que de fato

Aumenta o seu sofrimento

(JESUS, p. 118, 2001.)

2- A passos largos para a criação do CRAS

Em 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituiu-se a assistência social como um direito do cidadão, não contributivo, direito de todos e dever do Estado, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas.

Essa lei tem como objetivo no seu artigo 2º: proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, amparo às crianças e adolescentes carentes, promoção da integração ao mercado de trabalho; assistência às pessoas com deficiência e sua integração à vida comunitária; e garantia de um salário-mínimo mensal como benefício à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, desde que comprovem não possuir meio de manterem-se ou de serem providos pela família. Tem como princípio, entre outros: respeito à dignidade e autonomia dos cidadãos; primazia e responsabilidade do Estado; universalização dos direitos; supremacia às necessidades sociais; e participação da sociedade civil organizada (Ministério do Desenvolvimento Social, 2004).

Em 2004, a partir das ideias da IV Conferência Nacional de Assistência Social, foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS, sendo a Assistência Social definida como um direito de cidadania, atendendo os segmentos vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social, devendo ser prestada a quem dela necessita, independente da contribuição à seguridade social. Essa política busca assegurar os direitos da LOAS, reforçando a assistência social como descentralizada, com financiamento do poder público e com participação popular. O PNAS é essa política pública que considera a lógica territorial e a centralidade na matriz sociofamiliar (ROMANGNOLI, 2018).

Um avanço significativo para as políticas públicas de assistência social ocorreu em 2005, com a aprovação da regulação do SUAS, que vem a ser o Sistema Único da Assistência Social, nos moldes do SUS (Sistema Único de Saúde). Esse sistema prioriza a família como foco de atenção e teve no território a base de organização de suas ações e serviços. Dentre os principais ganhos, podemos constatar a universalização dos direitos a proteção social pública, seja em seu caráter preventivo, seja no combate a violação de direito (MACÊDO, PESSOA E ALBERTO, 2015).

O SUAS foi uma das bases do programa de governo Lula sendo a grande estratégia de operacionalização das propostas do programa Fome Zero,

agregando a proteção social, a inclusão produtiva, a segurança familiar e nutricional e o programa Bolsa Família.

A Proteção Social Especial (PSE) é destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situações de violações dos direitos, e a Proteção Social Básica (PSB) é voltada a prevenção de situações de risco, sendo destinada à população que vive em vulnerabilidade social. E é aqui que o CRAS se encontra. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a instituição sede da Proteção Social Básica, uma unidade pública estatal que deve atuar como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social e prevê o desenvolvimento dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de Convivência e Fortalecimento de vínculos e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas idosas e com deficiência. Deve atuar frente às situações de vulnerabilidade a que se encontra o público-alvo, sendo um organizador e gerenciador de dispositivos, grupos e instituições que existem no território. Sendo sempre localizado em área com maior vulnerabilidade para facilitar o acesso aos serviços (MACÊDO, PESSOA E ALBERTO, 2015).

Segundo a Tipificação nacional de serviços socioassistenciais, o PAIF consiste em um trabalho social com as famílias, com a finalidade de fortalecer a função protetiva, de prevenção à ruptura de vínculos, de promover o acesso e o usufruto de direitos e de contribuir na melhoria da qualidade de vida em caráter continuado. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos consiste em ações em grupos organizadas de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas tem como objetivo prevenir os agravos causados com o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários (BRASIL, 2009b).

Como atividades a serem realizadas podemos citar aquelas que devem ser voltadas à inclusão produtiva, grupos de convivência, programas de protagonismo juvenil, serviços voltados para crianças de zero a seis anos e

fortalecimento de vínculos, para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, programas de formação para o trabalho, artesanato, entre outros.

Em 6 de julho de 2011, a lei 12.435 é sancionada, garantindo a continuidade do SUAS. Compõem o público-alvo: os cidadãos e os grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos. De acordo com essa política, vulnerabilidade envolve situações decorrentes de perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, sociabilidade e pertencimento; de identidades estigmatizadas em termos cultural, sexual e ético; de desvantagem pessoal resultante de alguma deficiência; de exclusão pela pobreza e/ou no acesso às outras políticas públicas; do uso abusivo de substâncias psicoativas; de diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; de inserção precária ou de não inserção no mercado formal e informal; de estratégias alternativas e diferenciadas que podem representar risco social e, até mesmo, pessoal. Atua, dessa maneira, com todo aquele desprovido das condições básicas para uma vida digna e cidadã (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

3- O CRAS de nossa pesquisa: o encontro

Em 07 de Novembro de 2007 foi inaugurado o CRAS, espaço de nossa pesquisa, que tem como responsabilidade desenvolver ações de prevenção de situações de risco social, sobretudo a partir do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (SARAIVA, 2018). Configura-se como meio estratégico dentro da rede de proteção e promoção social, e, como destaca Ananias (2007), é também conhecido pelo nome de Casas de família. O que pudemos observar nos grupos do CRAS é como retratado em outros trabalhos, como no de Macedo e Dimenstein (2009), em que as questões de educação e cuidados de si são grandes vilões, e precisam da atenção redobrada como: higiene pessoal, bucal, cuidado com o lixo, doenças sexualmente transmissíveis, riscos da gravidez na adolescência e drogas, são questões que demandam mobilização e participação popular sendo as principais atividades

e foco dos grupos. Corrobora com o que constatamos nos grupos: não é escolher o que o público vai ou não fazer, com redução de sujeitos a objetos manipuláveis, mas produzir novas formas de participação de sujeitos na sociedade, a partir da sabedoria prática, do cotidiano.

O CRAS é a unidade que organiza a vigilância social e concretiza o direito de acesso aos serviços da assistência básica. Fica a cargo do município identificar as regiões com vulnerabilidade social e nele implantar o CRAS, sendo assim, instalados em locais de maior acesso, para que os usuários possam se deslocar com facilidade (MOTA E GODO, 2009). Como reitera o Guia de Orientações Técnicas do CRAS nos casos de territórios com baixa densidade demográfica este deverá ser implantado em local de maior acessibilidade, podendo realizar a cobertura das áreas por meio de deslocamentos de equipe, denominado CRAS itinerante.

Segundo a NOB/SUAS (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social), para fins de partilha dos recursos da união, é estipulado o número mínimo de CRAS de acordo com o porte do município, determinado pelo número máximo de famílias nele referências, sendo: pequeno porte I - mínimo de 1 CRAS para até 2500 famílias referencias; pequeno porte II - mínimo de 1 CRAS para 3500 famílias referenciadas; médio porte - mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5000 famílias referenciadas; grande porte - mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5000 famílias referenciadas e metrópole - mínimo de 8 CRAS, cada um para 5 famílias referenciadas. Faz-se importante destacar que, segundo Gomes (2020), em 2020, tínhamos cerca de mais de 8,3 mil CRAS em todo país.

A equipe do espaço na nossa pesquisa conta com os profissionais que seguem a cartilha de orientações técnicas, composto por uma psicóloga, uma assistente social, uma técnica administrativa, duas estagiárias e uma coordenadora (BRASIL,2006). As funções propriamente ditas que constam no site do CRAS em âmbito nacional são: fazer a oferta do serviço PAIF e outros programas e/ou projetos socioassistenciais; fazer a articulação e fortalecimento da rede de proteção social básica local; fazer a prevenção de

risco em toda a cidade e garantir direitos através de encaminhamentos e orientações durante os atendimentos (CRAS, 2019).

É interessante destacar que o CRAS pode ser considerado um ponto de convergência das políticas, assim como um espaço de desvio ou controle. Muito se deve pelo papel decisivo dos profissionais, eles podem ser tanto portadores de tutela e coerção, como de autonomia e emancipação (PEREIRA e GUARESCHI, 2017). As situações de vulnerabilidade e miséria são noções necessárias ao capitalismo, e o CRAS pode ter efeito das relações de poder, impostas na sociedade, produto de um modo de gestão de pessoas, de uma forma neoliberal de governar. Os profissionais devem estar atentos a essas lógicas, pois são (re)produtores desses agenciamentos e desvios produtivos em suas ações (ROMAGNOLI, 2018).

Esse espaço demanda por profissionais que circulem na comunidade, cartografem os mais ínfimos e invisíveis territórios, que seja assim sensível às várias formas e fluxos de vida, e seus espaços de lutar, é de fato um devir político (MACEDO E DIMESTEIN, 2012)., que, ainda, exerçam ações em prol do empoderamento, muito além de auxiliar os grupos excluídos e assegurar sua sobrevivência, é buscar a mobilização do coletivo, apresentando ações potentes e políticas para consigo mesmo e para a sociedade (MOREIRA et all., 2012). Encontramos, em nossa pesquisa, profissionais que, nos grupos socioeducativos que tivemos acesso, souberam implementar discussões que ajudaram a pensar sobre temas relevantes e que demandaram criticidade, como nesse relato da pesquisadora

Todos já devem ter ouvido que os cães são os melhores amigos dos homens
Para que percebamos como o CRAS é um espaço deles
E há um sentimento de pertença, naquele dia, uma senhora trouxe consigo
seus cães
Mais do que ensinar que eles eram seus amigos, ele a acompanharam.
Mostrou o significado de racismo em um jeito simples
A pergunta foi: O que vocês acham que é racismo
“É quando nos desfazemos de outro ser humano que não é da mesma cor que
a gente

Todos homens são iguais”

Desfazer do outro, essa é a definição.

Casos sobre seguranças que os perseguem nos mercados

E diversos verbetes que não sabia que eram termos racistas.

Melhor eu sei que será meu posicionamento

Porque não basta não ser racista, é preciso ser antirracista

Eu sai de lá com a palavra “denegrir” abolida do meu cotidiano

Com um grupo que foi uma aula, de um jeito simples e complexo ao mesmo tempo. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019)

Para além das orientações técnicas observadas, entende-se que o psicólogo e os técnicos devem, junto ao usuário do CRAS, perceber os processos sutis de opressão, traçando um caminho para autonomia e liberdade (BÔLLA e MILIOLI, 2019). A prática social do psicólogo, que antes era o elitismo para rumos diferentes, deve agora ter um domínio público da resistência, desviar-se para um movimento crítico, em que os sujeito se reconheça como protagonista de sua história (SENRA E GUZZO, 2012).

Os termos “vulnerabilidade” e “excluído” são utilizados frequentemente pela assistência social, porém essas referências estão naturalizando a condição de miséria dessa parte da população, bem como tomam essa condição como partida para as políticas públicas. Essa forma de governo não surge de um “bom coração”, mas são resultado de uma população que começa a se tornar uma massa homogênea o que pode produzir insurreições e movimentos reivindicatórios, sendo assim, essas políticas são uma forma de lidar com as massas (OLIVEIRA E HECKERT, 2013)

Carolina cobra, em sua obra, o posicionamento das pessoas e dos políticos de um modo geral, entendendo que é fácil falar que não pode, por exemplo, criar o filho em uma favela, em um lugar miserável, mas não há políticas de criação de emprego, de suporte para sair deste lugar e desta condição.

Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem anável! se eu soubesse que ele era tão amável, ei teria ido a delegacia na primeira intimação (...) o tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um

ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidade de delinquir do que se tornar útil a pátria e ao país. Pensei: se ele sabe disso, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Aldhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

...o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças (JESUS, p. 26, 2001)

É necessário, desta forma, ressaltar algumas diferenças entre, por exemplo, o assistencialismo e a assistência social, visto que o primeiro, desde sempre, foi uma forma da manutenção das desigualdades sociais que são impostas pelo capitalismo e pela lógica neoliberal, despolitizada, porém a assistência social é um direito humano, que se forneça atividades de produção e participação e que sabe ser necessária para a manutenção do sistema (ANDRADE E ROMAGNOLI, 2010).

Em suma, para o sistema capitalista, é necessário que existam pessoas que trabalhem e as que não trabalhem, as que tenham altos salários e as que tenham baixos salários, é preciso também no mercado a lei da oferta e da procura. Desta maneira, a política social que buscasse uma igualdade nesse sistema estaria fadada ao fracasso do próprio modo de produção (OLIVEIRA E HECKERT, 2013). Carolina, de um certo modo, entende esta lógica à medida que vê os preços e as desigualdades aparecendo cada vez mais, conforme analisa neste trecho:

Vesti as crianças e eles foram para a escola. Eu fui catar papel. No FRIGORIFICO vi uma mocinha comendo salsichas do lixo.

- você pode arranjar um emprego e levar uma vida reajustada.

- ela perguntou me se catar papel ganha dinheiro. Afirmei que sim. Ela disse-me que quer um serviço para andar bem bonita. Ela está com 15 anos. É época que achamos o mundo maravilhoso. É época que a rosa desabrocha. Depois vai caindo pétala por pétala e surgem os espinhos. Uns cansam da vida, suicidam. Outros passam a roubar. – (..) Olhei o rosto da mocinha, está com boqueira.

...os preços aumentam igual as ondas do mar, cada qual mais forte. Quem luta com as ondas? Só os tubarões. Mas o tubarão mais feroz é o racional. É o terrestre. É o atacadista. (JESUS, p. 54, 2001)

Ontem eu comprei açúcar e bananas. Os meus filhos comeram banana com açúcar, porque não tinha gordura para fazer comida. Pensei no senhor Tomás que suicidou-se. Mas, se os pobres do Brasil resolver suicidar-se porque estão passando fome, não ficaria nenhum vivo. (JESUS, p.47, 2001)

O CRAS é um efeito desse processo, uma resposta para as massas possivelmente insurgentes. Desta forma, os diversos programas sociais não visam igualar as condições econômicas e sociais das populações, mas garantir o mínimo para gerir os riscos de sua condição. Podemos falar que a única igualdade que o capitalismo produz é o assujeitamento da experiência subjetiva. Nessa maneira, “analisar” esse contexto do CRAS é uma ação política necessária, pensando em vias para a singularização (OLIVEIRA E HECKERT, 2013).

Há alguns padrões normatizados que devem ser seguidos como: filhos na escola, assiduidade na vacinação, entre outros, que podem ser entendidos como alteração de modo de viver dos grupos, que regulariza as situações dos beneficiários, sendo assim, a assistência, muitas vezes, não dá opções, só normativa os corpos a fim de tentar consertar possíveis desvios. A biopolítica é aqui entendida como formas de governo que são direcionadas à vida e individualizantes pela via da disciplina e do controle (DETONI, MACHADO e NARDI, 2018). Tanto controle da biopolítica pode levar a uma postura de que as pessoas não podem produzir estratégias de sobrevivências por si próprias (SIQUEIRA e LINO, 2003).

Esse biopoder age na vida das pessoas através do gerenciamento de ideais de segurança e proteção social, tenta-se, de todas as formas, moldar determinadas formas de subjetividade, e podemos ver muitas formas de resistir, não como oposições aos serviços prestados, mas no desejo de liberdade. Afinal, liberdade não é uma condição dada, mas é fabricada a cada

instante (PEREIRA e GUARESCHI, 2016). E, para quem é pobre como Carolina, a condição é prisão

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (JESUS, p. 9, 2001)

O plano de como se organizam as ações do CRAS é a macropolítica e o plano de suas consistências, a micropolítica. As linhas duras da macropolítica que estabelecem ordens e hierarquia podem ser suplantadas pela micropolítica dos coletivos que, habitados por relações e processos, podem agenciar forças potentes e produzir uma flexibilização das linhas produzindo forças que afetam e produzem efeitos, invenções e novos modos de expressão na superação da precariedade da vida e a exclusão social (ROMAGNOLI, 2016).

Hoje foi um dia em que conheci várias ninguéns

No grupo hoje, conheci um pouco da história de 4 mulheres e uma me chamou atenção

Era uma das tantas Marias que existem na minha região

Em sua fala ao dialogar com o curta metragem Vida Maria

Disse: “não sei ler, eu mesma não sou ninguém” como alguém pensaria...

Que podia ser ninguém depois de contar sua história de luta

Como fez para criar e escolarizar 7 filhos depois de ela mesmo não poder estudar

Fiquei lisonjeada de poder escutar tantas histórias

Que foram se reconhecendo e debatendo no meio daquela conversa em roda

Já havia assistido esse curta metragem

Mas a experiência de escutar outras experiências é diferente, e me afeta de outra maneira

Hoje saio de cabeça erguida depois de escutar de tantas pessoas que é preciso refletir quem somos e como inventamos o mundo a nossa maneira.

Sobre a sociedade machista que não pensa nos sentimentos das mulheres e no próprio existir e como o CRAS ressignifica as experiências na superação da precariedade da vida (DIÁRIO DE CAMPO, 2019)

4- Considerações finais

Desta maneira, compreendemos que as políticas públicas relacionadas à Assistência Social no Brasil sofreram grandes mudanças chegando a um patamar que hoje entendemos como muito importante, destacando a criação do SUAS, que, se comparado a outros países, é um sistema promissor e único que visa dar assistência social que o Estado deveria por obrigação de lei. Está longe de ser ações benevolentes, mas a Assistência Social, como está constituída como política pública, foi fruto de conquistas e lutas travadas.

A criação dos CRAS e sua manutenção é deveras importante, pois em seu cerne estão elementos básicos da cidadania, para uma política pública que visa diminuir as desigualdades sociais e auxiliar uma população de inúmeras gerações na promoção de empregos como nas aulas de artesanato, nas relações mãe e filho, nas aulas de ginástica promovendo a qualidade de vida, nos grupos socioeducativos, discutindo diferentes temas que promovem a emancipação humana e crítica do indivíduo em relação a assuntos importantes na sociedade.

Entendemos que a obra de Carolina Maria de Jesus impactou-nos de inúmeras formas e foi um exercício imprescindível utilizar de suas análises do mundo, que fazia em seus diários, pois um material rico como esse na literatura pode ilustrar e ajudar a pensar nos inúmeros problemas relacionados às desigualdades sociais, a assistência social e a educação que queremos ser traçada.

Se, por um lado, o CRAS pode ser um mecanismo de controle e disciplina a céu aberto com o suposto ordenamento dos corpos, os movimentos de resistência se fazem urgentes e surgem do meio deles, colocando-os no papel de um importante espaço de potência, de afetos. Para que o coletivo tenha a sua força de sustentação, a diferença é indispensável, o CRAS pode, como percebemos em alguns encontros e estudos, favorecer processos inventivos de subjetivação, podendo criar linhas de fuga, dando passagem à diversidade, expressando a singularidade de cada conexão, escapando da

dureza que a vulnerabilidade fixa que naquelas vidas se mostra. É preciso deixar vir a micropolítica do desejo de uma sociedade menos desigual.

Referências

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana (Org.). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre Ed. Sulina. 2009.

ANANIAS, Patrus. CRAS, um lugar de (re)fazer histórias. Ano 1, n. 1, 2007. – Brasília: MDS, 2007.

ANTUNES, Ricardo. De Vargas à Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. Presidente Prudente: *Pegada*, v. 7, n. 2, 2006

BÓLLA, Kelly Daiane Savariz; MILIOLI, Geraldo. A Questão Ambiental no CRAS: Promoção de Qualidade de Vida e Sustentabilidade. *Psicol. cienc. prof.* Brasília, v. 39, e188719, 2019

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome *Política Nacional de Assistência Social/PNAS*. Resolução CNAS nº 145, de 15 de Outubro de 2004

BRASIL. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2009b.

CAIAFA, J. *Aventura das cidades*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. Ed. Reorg. Pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CRAS – *Para que serve?* Disponível em: <https://cras.site/cras-para-que-serve/>. Acesso em: 03 abr. 2019.

DETONI, Priscila Pavan; MACHADO, Paula Sandrine; NARDI, Henrique Caetano. “Em nome da mãe”: performatividades e feminizações em um CRAS. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, v. 26, n. 1, e45084, 2018 .

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo* – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 2001

Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 293-300

Macêdo, O. J. V., Pessoa, M. C. B., & Alberto, M. F. P. (2015). Atuação dos profissionais de psicologia junto à infância e à adolescência nas políticas públicas de assistência social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 916-931

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Constituição (2009). Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. *Loas Anotada: LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*. 1. ed. Brasília, DF: Ascom - Assessoria de Comunicação/ Publicidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome - Mds, 02 mar. 2009. p. 4-34. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

Oliveira, Clever Manolo Coimbra e Heckert, Ana Lúcia Coelho Os centros de referência de assistência social e as artes de governar. *Fractal: Revista de Psicologia [online]*. 2013, v. 25, n. 1

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; DANTAS, Candida Maria Bezerra; SOLON, Avrairan Fabrícia Alves Caetano and AMORIM, Keyla Mafalda de Oliveira. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicol. Soc.* [online]. 2011, vol.23, n.spe, pp.140-149.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (Org). *Pistas do Método da Cartografia* Pesquisa intervenção e produção de subjetividade. 4 ed. Porto Alegre: Editora Sulina 2015

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. O CRAS em relação: profissionais e usuários(as) em movimento. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 102-110, 26 abr. 2016

RENGEL, Elisete de Fátima. *A implementação e a implantação do CRAS- Centro de Referência de Assistência Social em São José dos Campos: um estudo do CRAS- Eugênio de Melo*. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Puc, São Paulo, 2009.

ROMAGNOLI, R. C. (2018). As relações entre as famílias e a equipe do CRAS. *Fractal: Revista De Psicologia*, 30(2), 214-222.

SARAIVA, Luís Fernando de Oliveira. O atendimento a queixas escolares no CRAS. *Psicol. Esc. Educ. [online]*. 2018, vol.22, n.1, pp.215-217

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, pág. 293-299, agosto de 2012.

SILVA, Eliane C.S. Carolina Maria de Jesus e a literatura marginal: uma questão de gênero. *Revista de Ciências Sociais*, v.9, n. 1, p. 21-52, 2019

SILVA, Micaise F.; FERREIRA, Eliane A. G. R. O Romance- reportagem na biblioteca escolar: uma proposição de trabalho com a obra nadando contra a

morte, de Lourenço Cazarré. In: Grazioli, Fabiano T. ; Coenga, Rosemar E. *Literatura para crianças e jovens*. 1 Ed. Org. Jundiaí : Paco editorial, 2020

SIQUEIRA, K. O. M.; LINO, M. V. Assistência Social e biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as formas de viver. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 35-53, 2013

SOUZA, Renato Ferreira; GONCALVES, André Luiz Vieira. A Mesmice Identitária: A (Im)possibilidade de emancipação na Política de Assistência Social. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 29, e171276, 2017.

Recebida em Janeiro de 2022.
Aprovado em julho de 2022.